

As redes como produtoras de (não)subjetividade: O avanço neoliberal fascista

Victor Polizello¹

Ana Carolina Ramos Benvenuti²

RESUMO: Este artigo analisa a formação da subjetividade no capitalismo contemporâneo, explorando como as redes sociais, enquanto dispositivos de mediação algorítmica, contribuem para o esvaziamento crítico e a assimilação de discursos neoliberais e fascistas. Partindo da crítica marxista ao fetichismo da mercadoria e dos estudos sobre a indústria cultural, examina-se a transformação neoliberal do Estado em gestor do capital, sua mercantilização da vida social e o consequente esvaziamento da subjetividade. O estudo demonstra como o fascismo contemporâneo se apropria das plataformas digitais, utilizando sua lógica de engajamento para disseminar discursos simplificados e dicotômicos. A análise revela um duplo processo de alienação, no trabalho e no consumo, no qual os indivíduos, reduzidos a perfis algorítmicos, tornam-se mais vulneráveis a soluções autoritárias.

PALAVRAS-CHAVE: fascismo, neoliberalismo, subjetividade, redes sociais

ABSTRACT: This article examines the formation of subjectivity in contemporary capitalism, exploring how social media, as algorithmic mediation devices, contribute to critical emptiness and the assimilation of neoliberal and fascist discourses. Grounded in Marxist critiques of commodity fetishism and cultural industry studies, it analyzes the neoliberal transformation of the state into a capital manager, the commodification of social life, and the resulting hollowing of subjectivity. The study demonstrates how contemporary fascism appropriates digital platforms, leveraging engagement metrics to propagate simplified, dichotomous discourses. The analysis reveals a dual alienation process: in labor and consumption, where individuals, reduced to algorithmic profiles, become more susceptible to authoritarian solutions.

KEYWORDS: fascism, subjectivity, neoliberalism, social media

¹ Bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Alfenas – MG.

² Bolsista CAPES pelo Projeto de Iniciação à Docência (PIBID), discente no curso de Ciências Sociais – Licenciatura, Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Universidade Federal de Alfenas – MG.

Introdução:

A formação da subjetividade no capitalismo contemporâneo encontra-se atravessada por uma complexa trama de determinações materiais e simbólicas, onde tecnologia, cultura e relações de poder se entrelaçam de forma cada vez mais intrincada. Partindo deste pressuposto, o presente artigo busca analisar como as plataformas digitais, enquanto dispositivos de mediação algorítmica e reprodução ideológica, atuam na produção de uma subjetividade esvaziada e predisposta à assimilação de discursos neoliberais e fascistas.

O estudo se desenvolve a partir de três problemáticas que se relacionam: Como o neoliberalismo, enquanto racionalidade hegemônica, transforma a subjetividade através da mercantilização de todas as esferas da vida? De que maneira as redes sociais, enquanto extensão da lógica neoliberal, contribuem para o esvaziamento da capacidade crítica e a naturalização de discursos autoritários? Qual relação dialética entre a crise da subjetividade e o crescimento do fascismo a partir da linguagem digital?

Para responder a estas questões, adotamos uma metodologia de análise crítica que articula três níveis complementares de investigação: uma revisão bibliográfica sistemática; uma análise discursiva de trabalhos recentes sobre a relação entre algoritmos e produção de subjetividade; e uma abordagem dialética que busca compreender as mediações entre estrutura econômica e superestrutura cultural no neoliberalismo.

O referencial teórico mobilizado inclui as contribuições fundamentais de Marx sobre o fetichismo da mercadoria e a alienação, as análises de Chauí (2020) e Brown (2018) sobre neoliberalismo e a transformação do Estado, os estudos de Mielli e Romanini (2021) sobre o papel das big techs na fabricação de consensos, e as reflexões de Crochík (2010) e Türcke (2010) sobre a formação da subjetividade na era da indústria cultural digitalizada.

Este trabalho justifica-se pela urgência em compreender os novos mecanismos de dominação ideológica no capitalismo digital, particularmente em um contexto brasileiro e latino-americano marcado pelo avanço de projetos autoritários que se valem estrategicamente das redes sociais. Ao articular a crítica da economia política com a análise dos dispositivos culturais e tecnológicos, buscamos contribuir para uma teoria

crítica atualizada das formas contemporâneas de alienação e sua relação com a nova (velha) face do fascismo no século XXI.

Fascismo e neoliberalismo:

Como bem mostrado por Chauí (2020), o neoliberalismo surge como um movimento para explicar as crises financeiras do século XX, causadas pela estagnação econômica, as quais passaram a ser legitimadas pela sociedade acadêmica a partir dos estudos de Hayek e Friedman, e posteriormente desenvolvidos pela Escola de Chicago. As explicações para a crise se relacionavam a grande influência do Estado (como agente regulador) no mercado, além de responsabilizar os movimentos sociais e o aumento de direitos da classe trabalhadora.

Marilena Chauí discorre sobre a cultura neoliberal, a relação com os aparelhos digitais e redes sociais pela lógica de espaço e tempo, na qual o espaço e o tempo perdem suas determinações: tornando o espaço ilimitado pela tela; e o tempo que se representa pelo eterno presente. Por conseguinte, a realidade rompe com suas conexões históricas e com a reflexão sobre a realidade de um passado e futuro.

O neoliberalismo afeta a subjetividade através esvaziamento filosófico, tanto no sentido e da cultura, quanto na produção e diferenciação social, que passa a ser construída pelo consumo internacional. Isto é, a cultura produzida pelas substâncias essenciais dos coletivos humanos, perdem suas características fundamentais, em troca do esvaziamento instantâneo, que une a sociedade pelas transformações e novas modas de consumo, além de direcionar as reflexões apenas para si próprio (autoconhecimento). “É justamente dentro deste imbricado complexo ideológico, muito característico das sociedades modernas, que se desenvolve e se aperfeiçoa a alienação” (NEVES JÚNIOR, p. 98), fator essencial na manutenção e reprodução do neoliberalismo.

Chauí (2020) reafirma que o desenvolvimento imperialista do Estado, através da lógica neoliberal se expande de forma totalitária, em que o Estado perde sua força territorial nacional e transforma não só as nações como as relações destas, em uma lógica empresarial, assim como as relações dos sujeitos pertencentes a ela, a escola se torna uma empresa, a religião se torna uma empresa, a saúde se torna uma empresa, e sua cultura também, “sua grande novidade está em definir todas as suas esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas como um tipo determinado de organização que percorre

a sociedade de ponta a ponta e de cima abaixo” (CHAUI, 2020, pg. 321). Neste sentido o desmonte proposital do Estado, culmina conseqüentemente, nos desmonte dos direitos sociais, conforme Wendy Brown reitera:

“Deslocando seus princípios de constitucionalidade, igualdade diante da lei, liberdades políticas e civis, autonomia política e universalismo no rumo dos critérios do mercado: razões de custo-benefício, eficiência, a rentabilidade e eficácia. É através dessa racionalidade liberal que os direitos, o acesso à informação e outras proteções constitucionais bem como a transparência e a responsabilidade do governo, o respeito pelos procedimentos se desviam ou se deixam de lado com facilidade. Sobretudo, é dessa maneira que o Estado deixa de ser a encarnação da soberania do povo para converter-se em um operador de gestão de negócios” (BROWN, 2018. Pág. 294)

Castells (2014), reafirma esta posição compreendendo que, na materialidade, esta relação histórica entre mercado e Estado, no qual o Estado passou a ser concebido como uma ferramenta de manutenção do mercado, se afastando das suas bases de legitimidade como uma instituição representante dos interesses gerais.

Se, por um lado, o neoliberalismo opera pela racionalidade mercantil e pelo esvaziamento do Estado, por outro, o fascismo emerge como uma reação violenta às mesmas crises que o capitalismo produz. Enquanto o primeiro dissolve as fronteiras nacionais em nome do mercado, o segundo ressurgue como um projeto de poder autoritário, que busca restaurar uma ordem imaginada através da força. Essa aparente contradição entre neoliberalismo globalizante e fascismo nacionalista é, na verdade, complementar: ambos são respostas orgânicas do capital em crise, variando apenas em seus métodos de dominação. Ao tratar sobre o fascismo e o neoliberalismo, Marilena Chauí (2022) os diferencia por meio da característica global e empresarial, de enfraquecimento do Estado próprio da hegemonia neoliberal. Neste sentido:

“o que nos interessa em primeiro lugar é compreender que o autoritarismo de Estado não está fora do capitalismo e nem sequer, trata-se de uma anomalia. Ele está, em verdade, na gênese da forma política de dominação que a burguesia construiu ao longo dos últimos séculos” (CARNUT; MUJICA; SILVA. 2025, pg. 9)

Entende-se assim que tanto o fascismo como o neoliberalismo, são ferramentas intrínsecas ao capital (devido a cíclica crise econômica, e as contradições que expõem o antagonismo de classe, e suas conseqüentes reações a elas), em que a abrangência à sua totalidade cultural surge como demanda e se perpetua através do esvaziamento subjetivo e personificado mediante a linguagem e a propaganda. Tais especificidades de aplicações ideológicas que afastam a sociedade da razão estrutural, são moldados a partir de termos

dotados às especificidades construídos a partir de uma noção geográfica, histórica e cultural e dialética.

Ao analisar através da ótica marxista-leninista, tanto o fascismo, como o neoliberalismo são modelos de transformação e manutenção do capital, os quais mesmo que se diferenciem em suas aplicações práticas, se assemelham na produção ideológica através da demanda do apagamento da diversidade cultural e social, da violência material, e do direcionamento das contradições estruturais, implicados diretamente por determinado autoritarismo, que se manifesta de diversas formas:

“seja na política migratória, na repressão de protestos, na prática do encarceramento em massa, no extermínio nas periferias (normalmente de jovens e negros), no proibicionismo, nas guerras imperialistas constantes, nos embargos econômicos a países “fora do eixo”, da naturalização de marginalizações e pobreza; mantém-se firmes o manejo e o redirecionamento dessas violências de forma mais estruturantes para formulações de poder estatal autoritário” (CARNUT; MUJICA; SILVA. 2025, pg. 8)

A figura que através da cultura de imagem do fascismo fortificava o poder executivo, se transforma ao poder empresarial jurídico, e o Estado forte antes delimitado a uma nação, se abrange ao internacionalismo imperialista, porém através dos mesmos métodos, e com o mesmo objetivo: o avanço e acúmulo do capital através da força física e ideológica.

Segundo o filósofo marxista Gramsci (1999), a hegemonia cultural representa a consolidação da ideologia que tange a classe dominante, legitimando suas posições econômicas e políticas através do espectro cultural ideológico, possibilitado pelo domínio dos meios de produção. O filósofo avança a teoria marxista ao tratar da dominação de classe do sistema hegemônico capitalista mediante ao esvaziamento da construção subjetiva do ser social e cultural. Gramsci define a hegemonia como o processo que se estrutura através de determinada dominância viabilizada pela ocupação e dominação dos espaços sociais, políticos, econômicos, ideológicos e culturais.

A concepção hegemônica cultural é possível de maneira intrínseca à consolidação do Estado, representando a consolidação do poder e antagonismo de classes. Engels (2024) desenvolve a ideia de Estado como a dominação espacial que consolida o antagonismo de classes a partir da ordem, isto é, a partir da determinação de um território regional, cultural e político-econômico, que asseguram o estabelecimento da ordem

(garantia do poder da classe dominante pela coerção) e da divisão do trabalho (que institui a alienação da classe trabalhadora).

Neste sentido, De Moraes (2010) se apoia em Gramsci para desenvolver sobre os termos de sociedade política e civil, respectivamente referente ao poder pela coerção e pelo campo ideológico de alienação, sendo a dialética entre ambos responsáveis pela estruturação, filosófica e material, de um Estado, logo da hegemonia. Para o autor, a sociedade civil é parte integrante do Estado e está profundamente ligada às relações sociais de mercado, nela, atuam os aparelhos privados, os quais na materialidade estão intrinsecamente dependentes ao estado de hegemonia, “como imprensa, partidos políticos, sindicatos, associações, movimentos sociais, escolas e Igreja” (2010, p. 59) que buscam consolidar ideologias e obter consenso de normas, valores e ideias que permeiam a sociedade, para manter a dominação vigente.

Redes sociais e o discurso fascista:

Mielli e Romanini (2021) nos alertam para a interferência da *big techs* nos processos de fabricação dos sentidos. Em 2019, 4 bilhões de pessoas tinham acesso à internet, por minuto os usuários do YouTube assistiram mais de 4.500.000 vídeos, mais de 500.000 *tweets* foram enviados, mais de 390.000 aplicativos foram baixados, enquanto os usuários do Instagram postaram 55.000 fotos e mais de 270.000 *stories*, no WhatsApp, mais de 40.000.000 mensagens são enviadas por minuto.

Nesta operação digital, as grandes empresas se destacam pela construção de seus monopólios, ao contrário do que era premeditado com o advento das redes, a promessa de “um ambiente descentralizado, formado por uma rede de infinitas possibilidades de nós, ligando pontos distintos e promovendo diversidade e pluralidade, a internet foi sendo colonizada por grandes plataformas” (MIELLI; ROMANINI, 2021. Pg. 144), no qual se esvaziou o diálogo e ampliou a alienação.

Essa grande relação digital, demanda a necessidade da criação de empresas que forneçam a infraestrutura e intermediação para os usuários. Não nos aprofundaremos neste artigo sobre a questão algorítmica, mas é importante ressaltar que essas empresas operam através da captação de dados fornecidos pelos usuários, para a construção de uma *timeline* que contemple as necessidades “subjetivas” dos sujeitos ao consumirem conteúdos nestas plataformas. Por essa razão, salientamos que os algoritmos não são

neutros, assim como os trabalhadores imputados a este trabalho. Tal falta de neutralidade impacta diretamente no conteúdo recomendado, segundo os autores:

“O que não está explicitamente dito nas linhas e entrelinhas dos termos de uso dessas plataformas é que o usuário não tem autonomia para tomar decisões sobre nenhuma dessas questões. Na verdade, o Facebook conecta as pessoas que ele considera que devem ser conectadas, o Google decide o que é útil e relevante para cada usuário e o YouTube, quem terá de fato sua voz revelada, tudo a partir da análise do que poderá monetizar mais a plataforma, engajar mais os usuários a mantê-los conectados e ativos” (MIELLI; ROMANINI, 2021, p. 150)

Para além da captação de dados, Mielli e Romanini enfatizam o poder das redes sociais na capacidade de “selecionar e moldar a apresentação de mensagens e pelo uso estratégico do poder político e social para influencia as agendas, bem como o desencadeamento e enquadramento de questões públicas” (HABERMAS, 2016, pg. 415, apud). Esse poder se consolida dentro de empresas privadas, que moldam seus conteúdos para maximizar audiência e, conseqüentemente, o valor de seus espaços publicitários. Já na mediação algorítmica, as empresas se escondem atrás de justificativas técnicas e jurídicas para evitar responsabilidade sobre os efeitos de seus algoritmos. A opacidade não é um acidente, é estratégica e inerente ao modelo de negócios desses monopólios digitais (MIELLI; ROMANINI, 2021).

Essa dinâmica entre neoliberalismo e fascismo não se restringe às estruturas tradicionais de poder. Nas últimas décadas, as redes sociais surgiram como um terreno fértil para a reconfiguração dessas forças políticas. Se, no século XX, o fascismo dependia de rádios e cartazes para disseminar sua propaganda, hoje ele se adapta aos algoritmos das plataformas digitais, onde a linguagem simplificada e a viralização de afetos reacionários se encontram. Como alertam Mielli e Romanini (2021), longe de serem neutras, as big techs operam como agentes ativos nesse processo, transformando a política em um espetáculo de engajamento e inimigos construídos.

Para o campo fascista, é importante que seu discurso busque refúgio na realidade, para a partir daí, transacionar para as idealizações fictícias, discursos como esses são comumente observáveis pelas lideranças neoliberais ao redor do mundo, na Alemanha nazista eram os judeus, na Itália eram os socialistas. Atualmente os problemas dos países do eixo ocidental são os imigrantes, no Brasil, na Coreia do Sul, e em outros países, o espantalho é o comunismo (ainda), ou a famigerada *cultura woke*. Apesar das especificidades locais é notável que tais espantalhos se apresentem em praticamente todas

as experiências globais contemporâneas, não obtendo de fato uma determinação sobre ele.

Segundo Trevisan, “o movimento fascista se constitui como um ciclone que se propaga através da linguagem” (2022, pg. 7), o empobrecimento do discurso favorece o desenvolvimento da ideologia fascista e enfraquece a reflexão crítica, discursos mais simples se mostram mais fáceis de serem captados e aderidos pela população, estas estruturas tecnológicas possibilitam e propiciam a construção da dicotomia entre “*nós e eles*”, “a linguagem da política fascista trabalha com as emoções e, não, com a razão” (BUSTAMANTE, 2021, pg. 9). Neste sentido, é essencial compreendermos a linguagem como uma estratégia do campo fascista, pois “a linguagem é um dos recursos utilizados para que uma política funcione” (2021, pg. 6).

O fascismo precisa de uma forma de comunicação limitada e reduzida, pois o debate não lhes interessa, o diálogo é um espaço de troca simultânea entre sujeitos, possibilitando a reflexão e o desenvolvimento de ideias a partir de diversas perspectivas. Através desta lógica, as redes se apresentam como ferramenta que impulsiona, facilita, e possibilita a disseminação de discursos simplórios e não reflexivos, do qual a extrema-direita se apropria a fim de construir seu método para a consolidação prática e ideológica do fascismo.

O limite de caracteres e a capacidade da manipulação das informações através das compras de propagandas patrocinadas e o tráfego pago, impulsionam o avanço da ideologia extremista financiado. No Brasil, a capacidade de visibilidade de conteúdos e a rápida disseminação de informações nas redes sociais, permitiram que narrativas da direita ganhassem destaque e alcance massivo, o que possibilitou a criação de um ambiente difusor de críticas morais e conservadoras, na maioria das vezes embasada pelas notícias falsas e pela negação científica.

Ser esvaziado:

Em seu texto sobre subjetividade, Crochík (2010) nos conta que, partindo do pressuposto que sujeitos são formados diretamente vinculados às condições materiais, histórico e dialéticas, estes são formados a partir da interiorização da cultura (entendendo ambas como inseridas no sistema mercadológico capitalista), que funcionam como uma

interiorização da reprodução do estado vigente da sociedade (hegemônico), limitando sua percepção, cognição e sensibilidade.

Segundo Marx (1988) o caráter fetichista se manifesta por uma crença coletiva que promove determinados símbolos às mercadorias, fazendo com que elas se transformem em objetos distantes dos trabalhadores, e que os mesmos não se reconheçam no produto final de trabalho. Esse aspecto da sociedade capitalista faz com que os sujeitos trabalhadores deixem de ser protagonistas das relações, tornando os objetos protagonistas das mesmas. Deste modo, Marx avalia que os indivíduos deixam de perceber as relações de trabalho envolvidas no processo de construção de cada mercadoria, e passam a se relacionar com o produto apenas através da simbologia construída pelo sistema capitalista, coisificando as relações.

Tal qual os processos do sistema capitalista, a experiência sensível do sujeito se reifica no processo em que o sistema produtivo produz/reproduz subjetividades alinhadas às lógicas de mercado, no qual exterioriza o sujeito de si, na medida em que interioriza uma subjetividade pré-disposta, produzindo uma idealização do sentimento pretendido (como ver um influenciador digital em uma viagem e se imaginar fazendo (na medida que imaginar o faz sentir)), este que se representa através da ideologia e da cultura, para que o sujeito seja atentado a sentir através das linhas construtivas mentais e culturais com bases constituídas no capitalismo. Sendo assim, o sujeito vive na busca do sentimento pretendido, na medida em que, ao não poder alcançá-lo na materialidade, se contenta sensivelmente com a sua representação etérea (TÜRCKE, 2010).

Hoje, somos capazes (ou fomos tentados a acreditar que somos) de “experenciar” a sensibilidade material a partir de estímulos consagrados por meio de sistemas culturais de reprodução, no qual proporciona sentimentos através de dispositivos mentais de pensamentos estruturados em um sistema linguístico, que possibilita a apreensão material da sensibilidade a partir de um plano não material. O desenvolvimento da sociedade capitalista reduziu a percepção da realidade a partir das formas existentes, “tarefa cumprida com êxito pela indústria cultural, que molda o mundo a ser apresentado segundo as conveniências de seus patrocinadores” (CROCHÍK, 2010, p. 34). O avanço da ciência, dos mecanismos estatais, e da burocratização, fez com que o pensamento fosse “reduzido à matemática, a fórmulas, a estereótipos” (CROCHÍK, 2010, p. 34). A regressão da cultura e a racionalidade da sociedade, faz com que a crítica não se aproxime do objeto,

dificultando o reconhecimento do sujeito na cultura, afetando, conseqüentemente, seu processo subjetivo.

“Essa forma de objetivação, contudo, é coibida, conforme assinalado, com a redução da cultura à sociedade e a complementação da valorização da cultura como um fim em si mesmo. O narcisismo coletivo que essa última forma de pseudocultura representa já indica o sofrimento e o desespero existentes. O mundo plenamente colonizado tornou-se ambiente inóspito, deserto: só se procura saber o que de todo modo já se sabe; as pessoas não têm mais o que conversar, pois todos são ‘bem’ informados e não conseguem ir muito além das informações, o que auxilia a tornar a conversa sobre a política tão superficial quanto a que inicia comentando o clima e termina maldizendo a “inevitável” corrupção humana” (CROCHÍK, 2010, p. 38)

A formação da subjetividade ocorre na relação dialética entre sujeito e objeto, na medida em que a distinção entre eles predomine um sobre o outro. Na falsa projeção o sujeito pode predominar sobre o objeto (“o idealismo, a paranoia”), ou o oposto (o positivismo), “no primeiro caso, o indivíduo projeta sem controle sobre o objeto, esse é só ocasião de seu delírio; no segundo, o controle da projeção só permite a reprodução do que é percebido” (CROCHÍK, 2010, p. 36). Neste caso, os sujeitos passam a ser meios para expressar as formas, pois as formas colocadas passam a conduzir as relações humanas, bem como o fetichismo da mercadoria previsto por Marx (1988), “se os homens não podem mais se identificar por meio de suas diferenças, mas somente por meio de uma racionalidade que de meio se converteu enfim, a identificação resultante é a negação da própria identificação” (CROCHÍK, 2010, p. 41).

No tópico “*esse est percipi*” (ser é ser percebido), o filósofo alemão Christoph Türcke, atenua como desenvolvimento do estado capitalista, e o avanço dos meios de comunicação, transformaram a relação do sujeito consigo mesmo e com a sociedade (através das propagandas desenfreadas e o massacre de notícias cotidianas), reconstruindo o que é ser percebido perante a nova realidade digital, segundo o autor “ter um perfil consumidor digno de nota significa ser alguém. Quem nem mesmo consegue fazer-se percebido para ter um tal perfil simplesmente não conta: não é ninguém” (TÜRCKE, 2010, p. 41). Neste novo espectro, a subjetividade do sujeito se esvazia em um processo dialético, no qual o seu esvaziamento, é também seu preenchimento a partir da cultura exterior a ele, “que, por sinal, tanto mais fiel à realidade fica quanto menos a individualidade se diferencia de padrões de consumo” (TÜRCKE, 2010, p. 41).

O desacordo entre forma e objeto causa um problema intrincado na comunicação, no pensamento e na representação do mesmo, a sociedade capitalista produz em todas

suas instâncias contradições entre o objeto e a forma (CROCHÍK, 2010). Neste sentido, o processo de alienação do trabalho de Karl Marx, se assemelha ao processo de alienação da própria subjetividade, na medida em que o sujeito, ao deixar de reconhecer o processo que molda a forma, deixa também de se reconhecer nas formas que constroem a sua subjetividade, por esta razão, passa a se reconhecer em formas pré-dispostas na estrutura, as quais adere com pouco questionamento.

Podemos compreender então, como o massacre de informações promovidos através das redes globalizadas, atrelado a grande capacidade econômica das empresas em inculcar questões referentes a perpetuação da sua posição na estrutura social, com a mercantilização da cultura e o não reconhecimento do sujeito em seu produto, corroboram para o esvaziamento da produção da subjetividade do sujeito, tornando-o mais apto a aderir discursos coletivos extremistas, como apontado por Debord:

“a alienação do espectador em favor do objeto contemplado (que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo” (DEBORD, 1997, p. 24)

Essa lógica das redes sociais, no entanto, não afeta apenas a esfera política, ela remodela a própria subjetividade dos indivíduos. Se o fascismo se alimenta de dicotomias simplistas, o neoliberalismo, por sua vez, produz sujeitos fragmentados, cuja identidade se reduz a perfis de consumo e à busca por reconhecimento algorítmico. É nessa nova ordem digital que a crise da subjetividade trabalhadora se aprofunda, tornando os corpos mais dóceis às soluções autoritárias.

Em uma sociedade dominada pela representação e pela imagem, as redes sociais amplificam essa dinâmica, onde a comunicação é frequentemente visual e emocional, em vez de textual e racional, criando um ambiente onde a aparência e a percepção são mais importantes do que a substância e a verdade, se relacionando diretamente (e dialeticamente) entre as redes sociais, o fascismo, o neoliberalismo, as formas, e como os sujeitos se apropriam destas formas “como produtos e produtores das particularidades que caracterizam a inserção das diversas sociedades no complexo de complexos da produção internacional de capital” (NEVES JÚNIOR, 2021, p. 96).

Considerações finais:

O presente estudo permitiu elucidar as complexas relações dialéticas entre neoliberalismo, fascismo e a crise da subjetividade na contemporaneidade, demonstrando como estes fenômenos aparentemente distintos constituem, na verdade, expressões complementares das contradições inerentes ao capitalismo em sua fase atual. A análise desenvolvida ao longo deste trabalho revela um quadro preocupante: a racionalidade neoliberal, ao transformar todas as esferas da vida em relações mercantis, produz um esvaziamento da subjetividade que cria as condições ideais para o florescimento de soluções autoritárias.

Como demonstrado, o projeto neoliberal - fundamentado na desregulamentação, na financeirização e na mercantilização das relações sociais, não apenas precariza as condições materiais de existência da classe trabalhadora, mas também promove uma profunda transformação nas formas de sociabilidade. Neste contexto, como bem apontou Brown (2018), o Estado, longe de desaparecer, transforma-se em gestor dos interesses do capital, abandonando sua função de garantidor de direitos para assumir o papel de administrador de crises.

Paradoxalmente, este mesmo processo de desmonte neoliberal cria as condições para o ressurgimento de projetos fascistas que, aproveitando-se do mal-estar social gerado pela precarização da vida, oferecem respostas simplistas e identitárias para problemas estruturais. Como evidenciado na análise, o fascismo contemporâneo recorre às novas condições tecnológicas e culturais, utilizando-se das redes sociais digitais para disseminar seu discurso de ódio e suas soluções autoritárias. A viralização de propagandas reacionárias e a construção de espantelhos (sejam imigrantes, comunistas ou movimentos identitários) mostram-se particularmente eficazes em um ambiente marcado pelo esvaziamento do debate público e pela substituição da política pelo espetáculo.

As plataformas digitais, como demonstrado através dos estudos de Mielli e Romanini (2021), desempenham um papel central neste processo. Longe de serem meras ferramentas de comunicação, estas plataformas (orientadas pela lógica do engajamento e da monetização) criam ambientes propícios para a disseminação de discursos simplificados, em detrimento de análises complexas e contextualizadas. A arquitetura algorítmica destes espaços, combinada com seu modelo de negócios baseado na

vigilância e na manipulação de dados, afeta diretamente a subjetividade do usuário, na qual os indivíduos são constantemente conduzidos a conteúdos que reforçam suas visões pré-existentes e os isolam em bolhas ideológicas.

A subjetividade na era neoliberal revela ainda um processo duplo de alienação: por um lado, a alienação no processo produtivo, tal como descrita por Marx, por outro, uma nova forma de alienação no processo de consumo e de construção identitária. Como demonstraram Crochík (2010) e TÜRCKE (2010), os indivíduos na sociedade contemporânea são levados a buscar reconhecimento e identidade através de padrões de consumo e de performance nas redes sociais, em um movimento que os afasta cada vez mais de uma compreensão crítica de sua posição nas relações sociais de produção.

Conclui-se, portanto, que a crise da subjetividade na contemporaneidade não é um fenômeno acidental, mas resultado de um projeto político-econômico que, ao esvaziar a política e mercantilizar a vida, cria as condições para o florescimento de soluções autoritárias. A próxima tarefa que se coloca para a reflexão é dupla: compreender estas dinâmicas em sua complexidade e, ao mesmo tempo, construir alternativas que resgatem a dimensão coletiva e emancipatória da política. O desafio que se coloca, portanto, é teórico e prático: compreender as engrenagens desse sistema é o primeiro passo para sabotá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BROWN, W. Hoje em dia, somos todos democratas. *Sapere Aude*, v. 9, n. 17, p. 291-302, 27 jun. 2018b.

BUSTAMANTE, J. F. C. A linguagem fascista como estratégia. *Revista Opinião Filosófica*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 1–18, 2021. DOI: 10.36592/opiniaofilosofica.v12.1041. Acesso em: 07 set. 2024.

CARNUT, L.; MUJICA, R. R.; SILVA, J. A. V. DA .. Três abordagens sobre o (novo) fascismo no debate marxista contemporâneo. *Revista Direito e Práxis*, v. 16, n. 1, p. e88999, 2025.

CASTELLS, Manuel. *The Economic Crisis and American Society*. Princeton University Press. 2014.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. *Anacronismo e Irrupción*, Vol. 10, N° 18: 307-328. 2020.

CROCHÍK, J. L.. A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. *Psicologia USP*, v. 21, n. 1, p. 31–46, jan. 2010.

DE MORAES, D. COMUNICAÇÃO, HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA: A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE GRAMSCI. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, p. 54, 29 jun. 2010.

DE SOUZA CHAUI, Marilena. Fascismo à brasileira e totalitarismo neoliberal. *Revista do NESEF*, v. 11, n. 2, 2022.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

ENGELS, Frederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 14ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2024.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere- Introdução ao Estudo da Filosofia*. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494 p. v. 1

MARX, Karl. Cap. 1 – A mercadoria. *In: O capital: crítica da economia política: Livro 1, Vol 1*. São Paulo: Nova Cultura, 1988. (Os Economistas)

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo. 2017.

MIELLI, Renata Vicentini; ROMANINI, Vinicius. A comunicação dominada pelas “big techs” digitais: superabundância informativa, espetáculo, alienação e fabricação de sentido no mundo algorítmico. *Revista Eptic*, v. 23, n. ja/abr. 2021, p. 142-161, 2021. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003023972.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis. Implicações ontológicas das redes sociais: aspectos da alienação contemporânea. *Movimentação, [S. l.]*, v. 8, n. 14, p. 94–109, 2021. DOI: 10.30612/mvt.v8i14.14470. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/14470>. Acesso em: 10 jul. 2024.

TREVISAN, A. L. Educação e Violência: A Educação contra o Fascismo. *Educação, [S. l.]*, v. 43, n. 2, p. e35788, 2020. DOI: 10.15448/1981-2582.2020.2.35788. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/35788>. Acesso em: 24 jun. 2024.

TÜRCKE, Christoph. *SOCIEDADE EXCITADA: FILOSOFIA DA SENSAÇÃO*. TRADUÇÃO: ANTONIO A.S. ZUIN... [ET AL.]. CAMPINAS: ED. UNICAMP, 2010.